



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA ESCALA INTRAMUNICIPAL: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE ESPACIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BA

Patrícia Santos Oliveira (Prefeitura Municipal de Camaçari) - patriciasoliveira2018@gmail.com
Formada em Química pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (UNIFACS). Professora na Prefeitura Municipal de Camaçari.

Laumar Neves de Souza (Universidade Salvador (UNIFACS)) - laumar.souza@unifacs.br
Formado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Economia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Titular da Universidade Salvador (UNIFACS).

Luiz Fernando Quintanilha (Universidade Salvador (UNIFACS)) - quintanilha.lf@gmail.com
Formado em Biomedicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Fisiologia e Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui Pós-Doc pela Universidade de Yamaguchi (JP).

Renato Reis (Universidade Salvador (UNIFACS)) - renato.reis@unifacs.br
Formado em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Pobreza multidimensional na escala intramunicipal:

um exercício de análise espacial para o município de Camaçari/BA

1 INTRODUÇÃO

A pobreza afeta pessoas de diferentes partes do mundo e, mesmo sendo um fenômeno que já deveria ter sido minimizado ou mesmo vencido no presente estágio da civilização, ainda se apresenta como uma das mais importantes questões a serem enfrentadas pela humanidade. Prova disso é que a sua superação vem sendo colocada como compromisso prioritário de nações em pactos internacionais, a exemplo do que se vê na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que é composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com efeito, na referida agenda, a ONU define, nos dias que correm, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a tendência atual é considerar a pobreza um fenômeno multidimensional, avançando-se da concepção de sobrevivência medida pela renda para um aparato teórico mais consistente, que tem como principal embasamento a abordagem da privação de capacitações Sen (1992).

Outro ponto a se ressaltar é que as fases de superação da pobreza em que as diversas nações se encontram são diferentes, pois enquanto países ricos buscam eliminar a pobreza residual, nações pobres ou em desenvolvimento alcançaram o terceiro milênio somando bilhões de pessoas com suas vidas limitadas por carências e privações. Esta era, por exemplo, em 2019, a realidade de quase 52 milhões de brasileiros que viviam em situação de pobreza, sendo que mais de 13 milhões destes se encontravam, de acordo com os critérios do Banco Mundial, em condição de extrema pobreza (IBGE, 2020).

Contudo, sabe-se que no Brasil, país reconhecidamente desigual, a pobreza se apresenta heterogeneamente distribuída em seu território. Portanto, sua superação passa pela necessidade de entendimento de como se dá a segmentação local das privações que a caracterizam. Desse modo, a espacialização da pobreza é uma questão central para a compreensão desse fenômeno nas várias regiões do país.

Por esse ponto de vista, a escassez de estudos sobre a pobreza multidimensional em espacialidades intramunicipais chama a atenção, visto que a apresentação de grande parte dos resultados de trabalhos sobre as privações das pessoas privilegia informações agregadas nacionalmente ou em âmbito estadual ou municipal.

Um caso em que as disparidades acima mencionadas podem ser encontradas é o de Camaçari, município localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e considerado um dos mais ricos do Brasil. Em 2010, Camaçari abrigava um dos mais importantes polos industriais brasileiros, porém a avaliação de alguns dos seus indicadores socioeconômicos revela que parte de sua população vivenciava diferentes privações das dimensões da pobreza, não

se apropriando dos benefícios gerados pelo crescimento econômico observado no município nas últimas décadas.

Em função desse panorama, este estudo foi proposto como um esforço para responder à seguinte interrogação: como a pobreza multidimensional distribuía-se no espaço intramunicipal de Camaçari em 2010? Assim, o seu objetivo geral é analisar a distribuição da pobreza multidimensional no espaço intramunicipal de Camaçari no período em tela.

Dito isto, cabe mencionar que várias razões podem ser apontadas para justificar a realização deste empreendimento investigativo. Uma primeira é a escassez de instrumentos úteis para a medição da pobreza multidimensional que possam ser utilizados no planejamento e acompanhamento de políticas anti-pobreza mais consistentes. Outro motivo é a conhecida carência de estudos na escala intramunicipal sobre a pobreza. Além disso, existe também a necessidade de investigação de como as múltiplas dimensões da pobreza se manifestam no território camaçariense.

Registre-se aqui que o presente estudo pode ser qualificado como uma pesquisa quantitativa, aplicada, com levantamento bibliográfico para embasamento teórico, caracterizado pela análise descritiva e exploratória e pela coleta de informações da base de dados “Resultados do Universo Agregados por Setores Censitários”, produto do Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exercício esse que permitiu o cálculo e análise espacial do Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI), especificamente para o município de Camaçari.

Feitas essas ponderações, cabe agora informar que se optou por estruturar este trabalho em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira se investe na explicitação, em termos sintéticos, de algumas abordagens teóricas que são fundamentais para se ter compreensão acerca do fenômeno da pobreza. Na segunda, por seu turno, se envereda por discutir alguns acontecimentos que fizeram o município de Camaçari se metamorfosear de lugar paradisíaco em centro industrial, bem como se explora algumas contradições que marcam a sua dinâmica socioeconômica. Já na terceira se busca explicitar quais foram os passos metodológicos que perseguidos neste estudo com vistas a permitir a formulação do IPMI. Na quarta, por sua vez, o esforço analítico passa a ser a realização de um exercício de análise espacial que permita localizar onde estavam, em 2010, os pobres de Camaçari, privilegiando, obviamente, um olhar que valoriza as diferentes dimensões que o fenômeno da pobreza encerra.

2 UMA SÍNTESE DOS DIFERENTES OLHARES SOBRE A POBREZA

A primeira coisa que deve ser dita na abertura desta seção é que não existe uma definição única e universalmente aceita sobre a pobreza (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000; CRESPO, GUROVITZ, 2002). Inicialmente, ela era, enquanto fenômeno, vista apenas pela ótica da subsistência dos indivíduos, mas deixou de sê-lo, nas décadas mais recentes, passando, progressivamente, a ser discutida a partir de uma abordagem que costuma ser

mais ampla, subjetiva e complexa (MESTRUM, 2002; CODES, 2005), situação essa que envolve, por óbvio, um olhar multidimensional.

De fato, estudar o mencionado fenômeno não se constitui em uma tarefa das mais triviais, haja vista que ele tanto pode ser entendido levando-se em conta uma visão absoluta da renda, quando se referir à menor renda suficiente para que o indivíduo alcance o mínimo necessário para sobreviver, quanto pela perspectiva relativa, na qual se considera pobre o sujeito que tem menos posses quando comparado aos demais membros da sociedade em que ele vive. E complementarmente, não se pode deixar de registrar, há ainda a possibilidade de se analisá-lo tomando-se por base uma percepção subjetiva, na qual cada indivíduo pode se autodenominar “pobre” caso sinta que não tem o suficiente para atender as suas necessidades (SILVA, 2000; MARIN, GLASENAPP, OTTONELLI, 2013).

Em termos concretos, vale assinalar, a abordagem da subsistência define como pobre o indivíduo cuja renda não seja suficiente para obter o mínimo necessário apenas para sua manutenção física e se vincula, assim, ao conceito de fome crônica ou permanente que, segundo Monteiro (1995), ocorre quando a alimentação diária, habitual, não lhe propicia energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas, resultando em uma das modalidades da desnutrição: a deficiência energética crônica.

Registre-se aqui que o enfoque da pobreza pela subsistência delimita o menor padrão de sobrevivência utilizado no conceito de linhas de pobreza e define, por via de consequência, o limite da assim denominada “linha de pobreza extrema”. Enquanto isso, o mínimo necessário para essa manutenção física, adicionado ao atendimento de fatores como educação, saúde e vestuário, caracterizam outro patamar de sobrevivência chamado “linha de pobreza”.

Ao fazer esses esclarecimentos, cumpre chamar a atenção para o fato de que a compreensão da pobreza pela abordagem subsistência sofreu críticas variadas. De maneira correta, quem não comungava com a dita abordagem argumentava que as privações humanas não devem ser interpretadas apenas como predominantemente físicas, pois as pessoas, como se sabe, não são apenas organismos individuais que demandam a reposição de suas energias corporais, mas sim seres sociais. De igual modo, os aludidos críticos também pontuavam que o principal entrave de uma abordagem focada na subsistência, era que sua limitação para abarcar as diferentes nuances do fenômeno em tela acabava por implicar na formulação também restrita de reformas sócio estruturais e de políticas que visassem mitigá-lo e/ou superá-lo (CRESPO, GUROVITZ 2002; ROCHA, 2006).

É, pois, em função da identificação dessas fragilidades que começaram a ganhar espaço as perspectivas conceituais que tratam a pobreza como fenômeno multidimensional, passando-se, portanto, cada vez mais, a reconhecer que “concepções mais abrangentes levam a diagnósticos também mais amplos do fenômeno, o que pode contribuir para a elaboração de políticas públicas e estratégias de intervenção de combate à pobreza mais efetivas” (COSTA, COSTA, 2014, p. 77). Cronologicamente, essa movimentação ganha

corpo na segunda parte do século XX, momento em que a abordagem da pobreza lastreada na Teoria das Necessidades Humanas (TNB) passa a ter mais visibilidade.

A bem da verdade, outro acontecimento que concorre para que esse último corpo teórico ganhe espaço no debate sobre a pobreza foi precisamente o fato do PIB *per capita*, indicador comumente utilizado como *proxy* de nível de desenvolvimento econômico dos países, se mostrar cada vez menos apropriado como medida representativa de bem-estar social (JANNUZZI, 2003). Com isso, chega-se à compreensão de que a condição social em que vivem as pessoas poderia ser mais bem avaliada a partir do enfoque da pobreza nas necessidades humanas e não apenas no aumento da produção e consumo de bens e serviços.

Procurando avançar um pouco mais na compreensão dos termos que embasam e dão sentido a tal abordagem, convém ponderar que ela foi sistematizada em três estágios de desenvolvimento, conforme esclarecem Bagolin e Ávila (2006), além de Silva (2009). No primeiro, o conceito por trás das necessidades humanas se relacionava com necessidades tão naturais e espontâneas como pré-requisitos para as exigências morais, culturais e de sobrevivência. Já no segundo, as necessidades humanas foram apresentadas no plano do arcabouço teórico da já mencionada TNB, no qual a ideia que prevalecia era fazer uso das necessidades humanas como estratégia para o desenvolvimento de políticas para a redução da pobreza. Nessa fase, observada até o final da década de 1970, a TNB atingiu o auge no que tange ao seu impacto sobre políticas. Porém, na década seguinte passou por um período de marginalização, em função das críticas¹ que lhe foram dirigidas, relacionadas, notadamente, à redução do conceito de pobreza aos seus aspectos operacionais e à formulação de políticas que promoviam apenas a melhoria da posse de commodities.

Contudo, para Salama e Valier (1997) as necessidades básicas não satisfeitas definem o conceito de pobreza estrutural, e se aproxima mais da noção de pobreza absoluta.

Enquanto isso, na terceira fase das necessidades humanas se deu tanto um aprimoramento ou evolução da TNB quanto um fortalecimento de críticas às limitações da Teoria até então observadas. Esse debate, que abrangia questões de ética e desenvolvimento, marca o surgimento de duas novas abordagens: Teoria das Novas Necessidades Humanas e a Abordagem das Capacitações.

O foco nas necessidades humanas, mais especificamente nas necessidades básicas tem o mérito de ter sido o primeiro passo para a ampliação do conceito de pobreza na perspectiva multidimensional. No geral, embora essa abordagem tenha promovido a ampliação do entendimento da pobreza

¹ De modo preciso, Sen (1984, 1985, 1994) fazia as seguintes críticas sobre as necessidades básicas: são geralmente definidas em termos de commodities; as mercadorias são avaliadas como se tivessem o mesmo valor para todas as pessoas; as necessidades básicas são interpretadas em termos de necessidades mínimas; necessidade era colocada como um termo passivo; A Teoria das Necessidades não trabalha contra desigualdades; A TBN não atribui nenhuma importância explícita à questão da liberdade positiva, e tende a identificar os requisitos de commodities independentemente de características pessoais e circunstâncias externas.

relacionada a serviços institucionais e conceitos mais subjetivos, por enfatizar recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais, ainda era considerada apenas como uma extensão ampliada da abordagem de subsistência.

Assim, a concepção das necessidades humanas apresenta algumas limitações como a discussão insuficiente sobre sua escala, escopo ou interrelações. Além disso, tal concepção possui baixo potencial para descobrir e avaliar condições e situações de grupos específicos de cidadãos como as severas situações de privações vivenciadas por minorias étnicas, mulheres, idosos, crianças e pessoas com incapacidades, por exemplo, inadequadamente incorporadas neste enfoque (CODES, 2005). Além disso, ainda que se considerem apenas algumas necessidades como essenciais, que deveriam ser satisfeitas por qualquer pessoa e em qualquer lugar, a variação da distribuição e da estrutura dos recursos, assim como a satisfação das necessidades se diferenciam quando se compara as diversas nações e realidades.

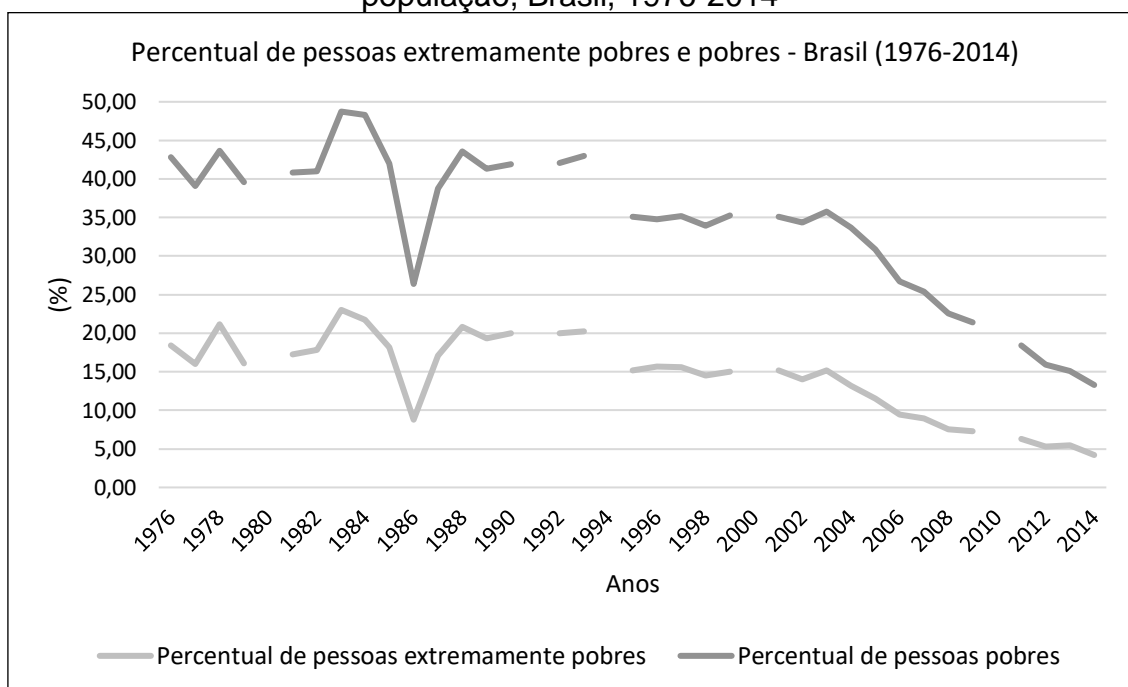
3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POBREZA NO BRASIL

A pobreza no Brasil é parte de uma herança histórica marcada por injustiça social, que exclui parte significativa da população e impossibilita seu acesso as condições mínimas de dignidade humana, impondo ao país o desafio de enfrentar e superar esse fenômeno. Observa-se, nesse sentido, que mesmo registrando um longo período de fracasso no enfrentamento do problema, é animadora a constatação de que nas últimas décadas, as políticas nacionais de combate à pobreza proporcionaram uma redução sustentada do fenômeno, levando à conquista dos menores índices já registrados de pobreza.

Os governos brasileiros, de uma forma geral, que foram se sucedendo ao longo das últimas décadas, apresentaram inclinação para dimensionar a população em situação de pobreza pela insuficiência de renda. Perspectiva metodológica em que um indivíduo é considerado pobre se sua renda disponível ou seu dispêndio total for menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido, o valor da linha de pobreza, que representaria o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e de consumo.

Uma medida de como evoluiu a pobreza extrema e a pobreza sob a ótica monetária no Brasil, entre 1976 e 2014 (Gráfico 1), pode ser reconstruída a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's), já que elas permitem a elaboração de um conjunto de indicadores sociais que retratam, entre outros pontos, a evolução da estrutura da distribuição dos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos e das famílias brasileiras no decorrer do período em tela. Utilizando-se, para este caso, uma linha de pobreza que corresponde ao dobro da linha de pobreza extrema, medida baseada em necessidades calóricas a partir de uma estimativa sustentada em recomendações da FAO e da OMS.

Gráfico 1 - Percentual de pessoas extremamente pobres e pobres na população, Brasil, 1976-2014²



Fonte: IPEA (2021).
Elaboração própria.

Ao se escrutinar as informações contidas no Gráfico 1, percebe-se que na segunda metade da década de 1970 o percentual de pessoas pobres, no conjunto da população, oscilou entre 39% e 44%. Quando a década seguinte se instala e com ela a economia nacional passa a viver as agruras decorrentes do estrangulamento do Modelo de Substituição de Importações (MSI), que lhe serviu de esteio para transformar suas feições, fazendo com que ela deixasse de ser uma economia agrário-exportadora e passasse a ser uma economia urbana-industrial, o fenômeno da pobreza se agudiza, posto que alcança praticamente metade da população brasileira.

Esse problema só se arrefece, e mesmo assim de forma momentânea em 1986, por ocasião da implantação do Plano Cruzado, o qual inaugura a era dos planos de estabilização na economia nacional. Na sequência, ele volta a ganhar força, já que o mencionado plano fracassou no seu propósito, atingindo proporções de pessoas semelhantes àquelas que foram contabilizadas na segunda parte da década imediatamente anterior.

Com o lançamento do Plano Real, que culminou com a introdução de uma nova moeda, no caso o real, em 1994, a economia nacional passou a conviver novamente de menor compressão no tocante à pobreza, já que a proporção de pessoas pobres no conjunto da população passou a se situar no patamar de 35%, situação essa que permaneceu praticamente inalterada até a virada do

² As interrupções observadas nas duas séries que constam do Gráfico 1 se devem ao fato de que não há ocorrência de PNAD's nos anos de realização dos Censos Demográficos. Registre-se também que em 1994 a PNAD não foi realizada em função do atraso na apuração da pesquisa para os anos de 1992 e 1993.

século. Um alívio mais consistente no aludido fenômeno só é verificado nos governos encabeçados pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, mais precisamente no intervalo que cobre os anos de 2004 a 2014, período em que a proporção de pessoas pobres foi reduzida de 33,7% para 13,2%, não em função da implantação de mais um plano de estabilização da economia brasileira, mas em virtude fundamentalmente da adoção de uma política econômica, por assim dizer, mais comprometida socialmente já que teve como esteio e/ou foi alicerçada em uma política de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, até então inusitada para o padrão nacional.

4 DE LUGAR PARADISIACO A CENTRO INDUSTRIAL: EXPLORANDO AS CONTRADIÇÕES DA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE CAMAÇARI

Depois de se ter investido brevemente em uma discussão conceitual acerca do fenômeno da pobreza e de enveredar por algumas considerações que procuravam expressar o modo como ele evoluiu nas últimas cinco décadas no contexto nacional, é chegado o momento de descortinar como o município de Camaçari se transmutou, por assim dizer, de lugar paradisíaco a centro industrial, de modo que se tenha elementos para compreender certas contradições que marcam a sua dinâmica socioeconômica.

Para avançar nesse propósito, convém assinalar, de saída, que tal município possui uma rica história, com quase cinco séculos a partir da ocupação de seu território pelo colonizador português poucos anos após a construção de Salvador. Como destaca Fonseca (2011), por mais de quatro séculos que sucederam sua origem, a economia camaçariense tinha base na agricultura de subsistência. Com efeito, durante anos a fio, ele se notabilizou por ser refúgio de veranistas, por comportar um conjunto de sítios, roças, chácaras e arruados, bem como por abrigar alguns aglomerados populacionais remanescentes de quilombos.

Por certo, essa realidade começa a ser alterada de modo bastante substantivo nos idos da década de 1970, por ocasião da implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC)³, que o fez palco de abundantes investimentos, os quais o alçaram à condição de engrenagem fundamental para dinamizar a economia baiana.

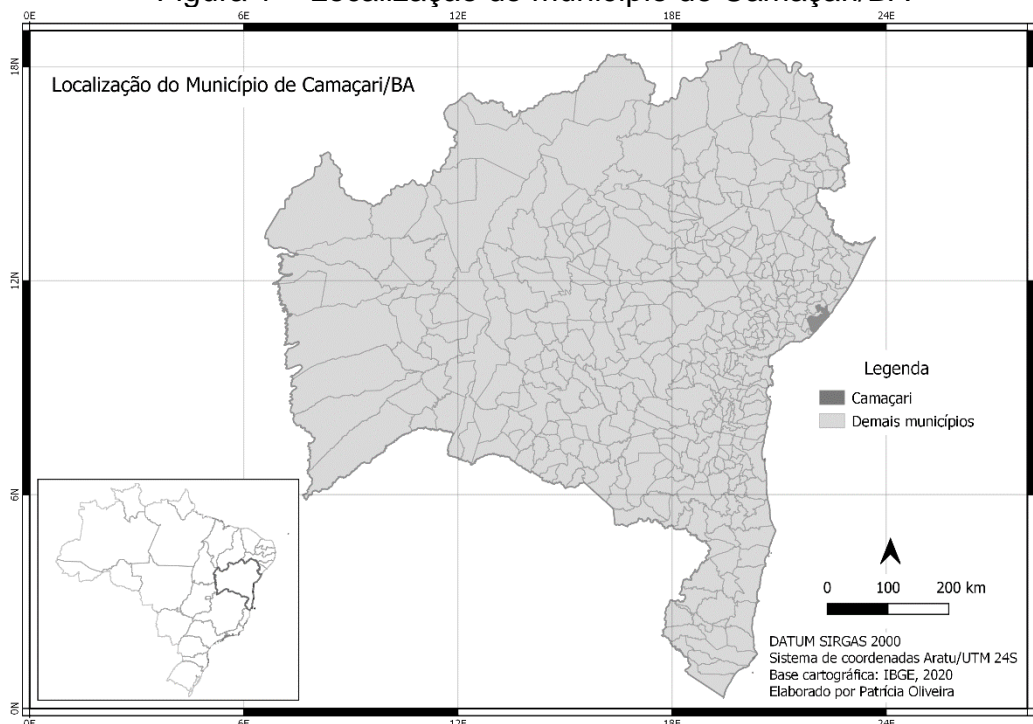
Vale ressaltar que tal complexo chegou ao fim do milênio, predominantemente petroquímico. Entretanto, com a implantação da montadora Ford, em 2001, surge sua vertente automobilística, e ele passou então a ser denominado Polo Industrial de Camaçari (PIC), passando a ser composto por empresas químicas, petroquímicas, automotiva, de pneus, celulose solúvel, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços.

Pontuadas essas questões, recorre-se agora à Figura 1 com vistas a conferir a localização geográfica do município em tela no âmbito do estado da

³ Frise-se aqui que esse é o primeiro polo industrial planejado do país, o qual foi levado a termo na esteira dos investimentos viabilizados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Bahia. Com efeito, ele se situa acerca de 41 km da capital baiana, apresenta uma extensão territorial da ordem de 785,421 km², e se destaca por possuir uma faixa litorânea bastante extensa (42 Km), que comporta praias paradisíacas, condição essa que o coloca em posição privilegiada quando se pensa no desenvolvimento da atividade turística, notadamente aquela relacionada ao segmento “Sol e Praia”.

Figura 1 – Localização do município de Camaçari/BA



Fonte: IBGE (2020).
Elaboração própria.

Registre-se, neste ponto, que embora seja detentor desse predicado natural digno de nota, é o setor industrial que se constitui na força motriz da economia camaçariense, posto que ela abriga, como se acabou de pontuar, o PIC, um dos mais importantes complexos industriais da América Latina, fato esse que lhe conferia a prerrogativa de contabilizar o maior PIB industrial entre todos os municípios da Região Nordeste e o 12º mais elevado quando a base de comparação passa a ser o conjunto dos municípios que integram o Brasil.

Não à toa, em 2010, a conjuntura econômica nacional revelava um protagonismo de Camaçari quando comparada às demais municipalidades brasileiras. Prova disso podia ser encontrada ao se contrapor os valores relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios nordestinos. Ao realizar esse exercício, era possível se deparar com um quadro em que Camaçari só ficava atrás, nesse particular, dos valores que eram aferidos para as seguintes capitais nordestinas: Salvador, Fortaleza, Recife e São Luís (IBGE, 2011).

Uma vez explicitada essa realidade de pujança econômica, convém indagar se os indicadores sociais do município em foco eram também tão alvissareiros. Para tanto, procedeu-se ao escrutínio das informações presentes na Tabela 1. Ao se enveredar nessa direção foi possível perceber que, de uma

forma geral, Camaçari apresenta indicadores sociais melhores do que aqueles que são registrados para o estado da Bahia como um todo. Não obstante, quando a base de comparação passa a ser o país, essa situação de superioridade deixa de prevalecer.

De modo mais preciso, a configuração desse quadro é válida quando são levados em consideração, notadamente, os indicadores sociais que seguem: renda per capita, percentual de domicílios com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, percentual de população pobre, expectativa de anos de estudo, índice de desenvolvimento da educação básica para os anos iniciais e finais, mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer e percentual de domicílios sem esgotamento sanitário.

Ao se investir um pouco mais nesse detalhamento, cumpre assinar que esse exercício de comparação também evidenciou situações em que os indicadores sociais de Camaçari se mostraram, a um só tempo, mais frágeis do que os apurados para a Bahia e mais vigorosos do que os que foram medidos para o Brasil. Essa foi, pois, a realidade que saltou aos olhos quando a atenção se voltou, por exemplo, para o percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário.

O pior cenário, no entanto, nesse particular, para Camaçari veio à tona quando se procurou balizar as taxas de frequência líquida no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior que lá prevaleciam com aquelas que eram aferidas nos planos da Bahia e do Brasil.

O contexto de maior conforto nesse exercício comparativo para Camaçari só veio à baila quando foram confrontados os valores relativos ao PIB per capita, ao percentual de população extremamente pobre, ao Índice de Gini, à taxa de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas, ao percentual de domicílios sem abastecimento de água por rede geral, poço ou nascente na propriedade, ao percentual de domicílios sem coleta de lixo, ao percentual de domicílios sem energia elétrica e ao percentual de domicílios com 5 moradores ou mais, haja vista que para todos eles a municipalidade em questão se encontrava, em 2010, melhor posicionada.

Em face do exposto, e em termos sintéticos, pode-se asseverar que a população do município de Camaçari experimentava, no ano em tela, geralmente, mais privações comparativamente à população do país como um todo, porém vivenciava menos carências que a população baiana de uma forma geral.

Foi, portanto, a verificação desse quadro que motivou a proposição desta investigação que tem o intento de identificar como e onde se manifestavam, no ano de 2010, as aludidas privações no plano do território camaçariense, investindo-se para tanto, como já explicitado, no cômputo e análise espacial do IPMI.

Tabela 1 - Indicadores Socioeconômicos: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010

Indicadores socioeconômicos	Brasil	Bahia	Camaçari
-----------------------------	--------	-------	----------

Economia			
PIB <i>per capita</i> (R\$)	19.854,75	11.007,00	55.064,00
Renda			
Renda <i>per capita</i> (R\$)	793,87	496,73	553,18
Percentual de domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> de até ½ salário-mínimo (%)	27,6	45,0	34,6
Percentual de população pobre (%)	15,2	28,72	16,39
Percentual de população extremamente pobre (%)	6,62	13,79	6,01
Índice de Gini	0,6	0,62	0,53
Educação			
Taxa de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas (%)	9,61	16,58	7,78
Expectativa de anos de estudo	9,5	8,6	9,2
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos iniciais	4,7	3,9	4,5
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos finais	3,9	3,1	3,3
Taxa de frequência líquida no Ensino Fundamental (%)	92,1	93,0	91,6
Taxa de frequência líquida no Ensino Médio (%)	43,4	32,6	32,1
Taxa de frequência líquida no Ensino Superior (%)	14,0	7,9	6,0
Saúde			
Mortalidade infantil	16,7	21,7	17,4
Expectativa de vida ao nascer	73,9	72,0	72,9
Saneamento			
Percentual de domicílios sem abastecimento de água por rede geral, poço ou nascente na propriedade (%)	7,1	19,4	3,5
Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário (%)	32,9	48,2	34,7
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário (%)	2,6	0,9	1,6
Percentual de domicílios sem coleta de lixo (%)	12,59	23,79	6,24
Indicadores socioeconômicos	Brasil	Bahia	Camaçari
Condições de moradia			
Percentual de domicílios sem energia elétrica (%)	1,27	3,57	0,45
Percentual de domicílios não próprios (alugados, cedidos ou com outra condição de ocupação) (%)	26,7	20,8	25,8
Percentual de domicílios com 5 moradores ou mais (%)	19,5	22,1	18,8

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração própria.

5 NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO IPMI

A primeira coisa a ser dita nesta seção é que o IPMI foi, especialmente, formulado para esta pesquisa utilizando-se como referência o Índice de Pobreza Humana (IPH), proposto por Anand e Sen (1997), indicador esse que é, por assim dizer, consagrado na análise espacial da pobreza, uma vez que foi usado em diversos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como por ter servido de norte para a confecção de alguns estudos que exploram a temática da pobreza, a exemplo dos de Ávila (2013) e de Barreto, Santos e Carvalho (2018).

Uma vez feito esse esclarecimento inicial, cabe que sejam tecidas algumas outras linhas de modo a explicitar certas questões de natureza conceitual, posto que elas se constituem no alicerce que permitiu que se investisse, de modo assertivo, na formulação do IPMI. Dando vazão a esse intento, merece ser enfatizado que uma característica buscada para o IPMI, mesmo se levando em conta a limitação imposta pelos dados que o embasam,

é que ele pudesse permitir, por motivos óbvios, a realização de medidas que fossem em direção ao cálculo da pobreza em espacialidades intraurbanas, a exemplo da aferição das manifestações da pobreza no interior do território do município.

Dito isso, convém lembrar, nesse ponto, que na composição de índices de pobreza multidimensional se utiliza dimensões para facilitar a comunicação e a interpretação dos resultados de estudos e estas se referem a categorias conceituais compostas por um conjunto de indicadores. Já os indicadores, por seu turno, são utilizados como variáveis empregadas para se apontar privações que refletem a pobreza. Deste modo, as dimensões podem ser comparadas com cores primárias, a partir das quais se pode gerar uma gama infinita de tons (BRITES; MARIN; ROHENKOHL, 2016).

Assim sendo, para os cortes nos indicadores de privações do IPMI aqui apresentados, utilizou-se como referências iniciais as linhas usadas nos índices de pobreza multidimensional IPH e IPM, divulgados no RDH do PNUD. No IPM, por exemplo, as linhas de cortes fixadas para os indicadores são metas presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Entretanto, para o IPMI as referências se apoiam, principalmente, na legislação e planejamento nacionais, visto que as normas brasileiras se mostram mais adequadas à realidade do país que as metas postas pela referida instituição multilateral, colocadas para um grupo de nações que inclui os países mais pobres do mundo.

Outra questão importante, e que, portanto, merece ser realçada nesta seção, é que tendo em vista que nos estudos sobre pobreza se deve dar uma atenção especial ao emprego correto dos termos “pobre” e “privado”, já que o uso adequado deles depende do contexto em questão. A este respeito, nas medidas unidimensionais, a exemplo da linha de pobreza monetária, os termos “privado” e “pobre” são usados como sinônimos, dado que ser “privado”, de determinada forma, é o mesmo que ser “pobre”. Já nas medidas multidimensionais, a pobreza é caracterizada por um conjunto de privações, ou seja, neste caso, ser “pobre” é uma condição mais ampla e mais complexa do que ser “privado” em determinada dimensão ou indicador. Isso é o que ocorre, utilizando-se um exemplo hipotético, com uma família que possui elevada renda, tem acesso a bons serviços de educação e saúde, entre outros, mas resolve morar em um sítio localizado em uma área fora da cidade e sem a oferta de coleta de lixo e, portanto, experimenta essa carência. Desse modo, ela é privada de ter acesso à coleta adequada de lixo, todavia não pode, em absoluto, ser considerada pobre.

Outra questão crucial, de ordem conceitual, que norteou profundamente algumas das opções metodológicas que foram encaminhadas nesta investigação se concentrou no reconhecimento que a definição de dimensões, seus indicadores de privações e respectivos cortes podem oferecer inúmeras alternativas, resultando em um certo grau de arbitrariedade intrínseco às medidas da pobreza. Contudo, percebeu-se que ainda que exista ampla variedade de dimensões possíveis para a construção de um índice de pobreza multidimensional, algumas delas como educação, saúde, moradia, serviços

básicos e padrão de vida estão presentes em quase todos os índices oficiais formulados (CEPAL, 2013).

Assim sendo, o IPMI é formado pelas seguintes dimensões e seus respectivos indicadores de privações: Educação (E) - taxa de não alfabetizados com 7 anos de idade ou mais; Saneamento (S) - percentual de domicílios sem água potável, percentual de domicílios sem esgotamento sanitário, percentual de domicílios sem coleta lixo e percentual de domicílios sem banheiro/sanitário; Habitação (H) - percentual de domicílios sem eletricidade, percentual de domicílios alugado/cedido/ com outra forma de ocupação e percentual de domicílios com cinco ou mais moradores; e Renda (R) - percentual de domicílios com renda per capita inferior a ½ salário-mínimo.

Destaque-se que em sua formulação foram utilizados três índices representados pelas equações a seguir: $IPMI$ ou $IPMI - 1 = \{(1/4)[E^4 + S^4 + H^4 + R^4]\}^{1/4}$; $IPMI - 2 = \{(1/3)[E^3 + S^3 + H^3]\}^{1/3}$; e $IPI = R$. Em que o IPI é o Índice de Pobreza Intramunicipal, o qual é composto apenas pela renda.

Fundamental pontuar que as regiões espaciais adotadas para as análises foram os 518 setores censitários do município de Camaçari, e as unidades de análise utilizadas foram a quantidade de domicílios e o número de habitantes de cada uma das localidades para a construção das dimensões. Para as dimensões Habitação/Saneamento e Renda, a unidade foi o domicílio, ao passo que para a dimensão Educação lançou-se mão dos habitantes.

Os cálculos para alcançar o IPMI foram efetuados no Excel 16.0, enquanto a espacialização dos seus valores foi obtida com a utilização do *software* QGIS 3.14.15.

6 ANÁLISE ESPACIAL DA POBREZA EM CAMAÇARI EM 2010

Nesta seção é esboçada a distribuição espacial da pobreza multidimensional pelo IPMI ou IPMI - 1 e seus componentes no território de Camaçari, bem como aquela que expressa o comportamento do IPI.

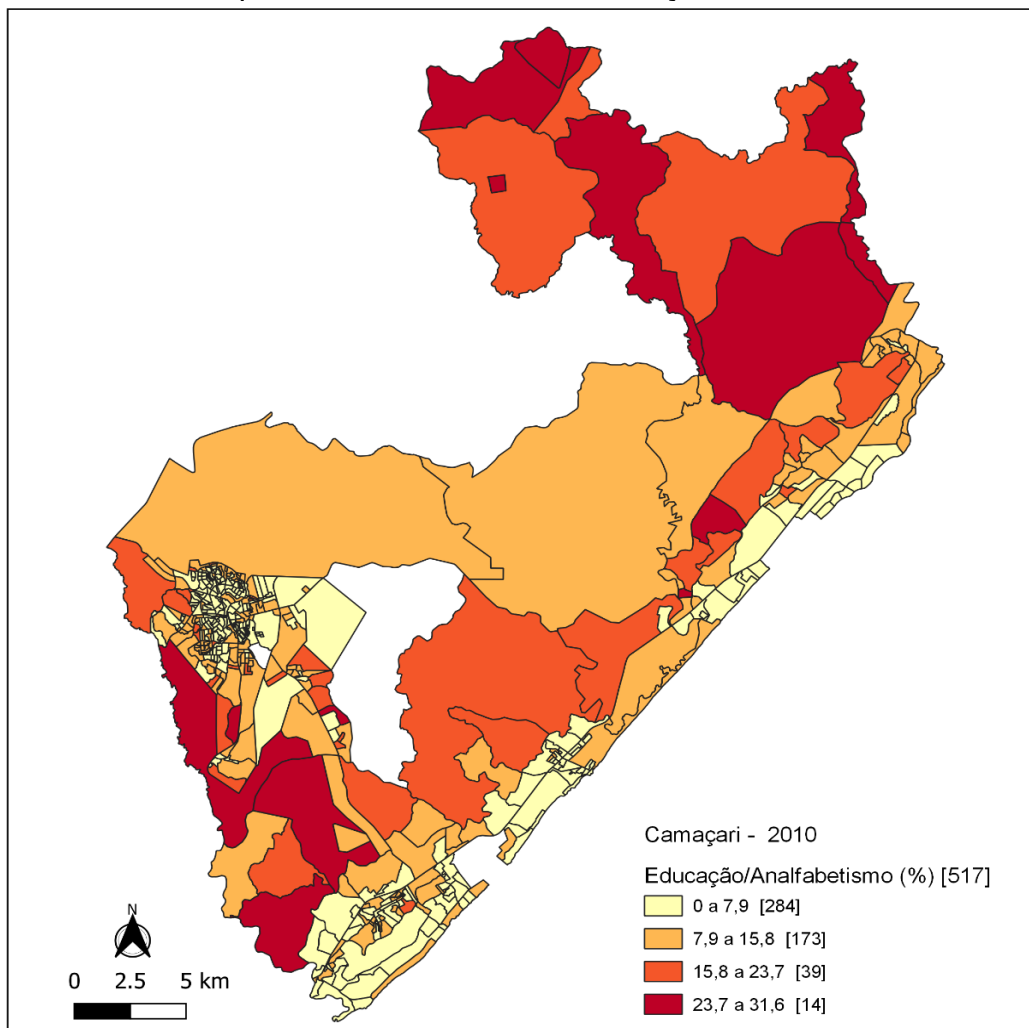
Destarte, considera-se oportuno começar pela representação dos indicadores de privações e pelas dimensões do índice, pois a necessária utilização do índice sintético não exclui a também indispensável avaliação das diferentes carências que caracterizam a pobreza multidimensional. Dito isso, convém de pronto chamar atenção para o fato de que se a pobreza de Camaçari fosse medida apenas pela dimensão Educação, cujo único indicador usado foi o percentual de habitantes não alfabetizados maiores de 7 anos, 19.431 pessoas seriam pobres, número que correspondia a 8,2% da sua população em 2010.

Contudo, conforme mostra sua espacialização na Figura 2, no interior do município esse tipo de privação se apresenta de forma desigual. A observação da representação do território evidencia que entre os setores censitários rurais a média de analfabetismo era maior, chegando a 19,2%, o que correspondia, em termos absolutos, a 2.116 pessoas. Já nos setores urbanos, o percentual médio de não alfabetizados era da ordem de 7,5%, número esse que quando

transmutado para valores absolutos correspondia à realidade de 17.314 moradores.

Interessante assinalar, neste ponto, que em todos os setores rurais do município em foco se constatou a existência de pessoas não alfabetizadas, realidade essa que era diametralmente oposta daquela que se verificava em treze dos seus setores censitários localizados em áreas urbanas, uma vez que neles toda a população residente sabia ler e escrever eram urbanos.

Figura 2 – Distribuição espacial da dimensão educação/analfabetismo por setores censitários, Camaçari - 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração própria.

Quando se apontou a lente de análise para a dimensão Saneamento restou evidente que em 14,2% dos domicílios de Camaçari a população vivia em condição de penúria em 2010, percentual que correspondia a 10.055 residências. Entretanto, analisando-se os domicílios localizados em setores censitários rurais as privações relativas a essa dimensão atingiam os moradores de 38,3% dos imóveis residenciais, que somavam 1.221 unidades. Enquanto isso, nos setores urbanos, os habitantes de 8.834 residências, ou 12,5% domicílios neles localizados sofriam de carências relativas ao saneamento.

Ao se esmiuçar a dimensão Saneamento, conforme se verá na descrição que segue, bem como na Figura 3, observando o comportamento dos quatro indicadores que a compõem, vê-se que ela se apresentava de forma diferente no território camaçariense.

O primeiro indicador revelava a inexistência de água potável para as pessoas que viviam em 7,0% dos domicílios, totalizando 4.794 habitações com esta privação. Aferiu-se, ainda, nos setores rurais o percentual de 25,9%, de domicílios nesta condição, o que equivalia a 826 unidades, enquanto nas moradias urbanas esse percentual era de 5,6%, correspondendo a 3.968 imóveis.

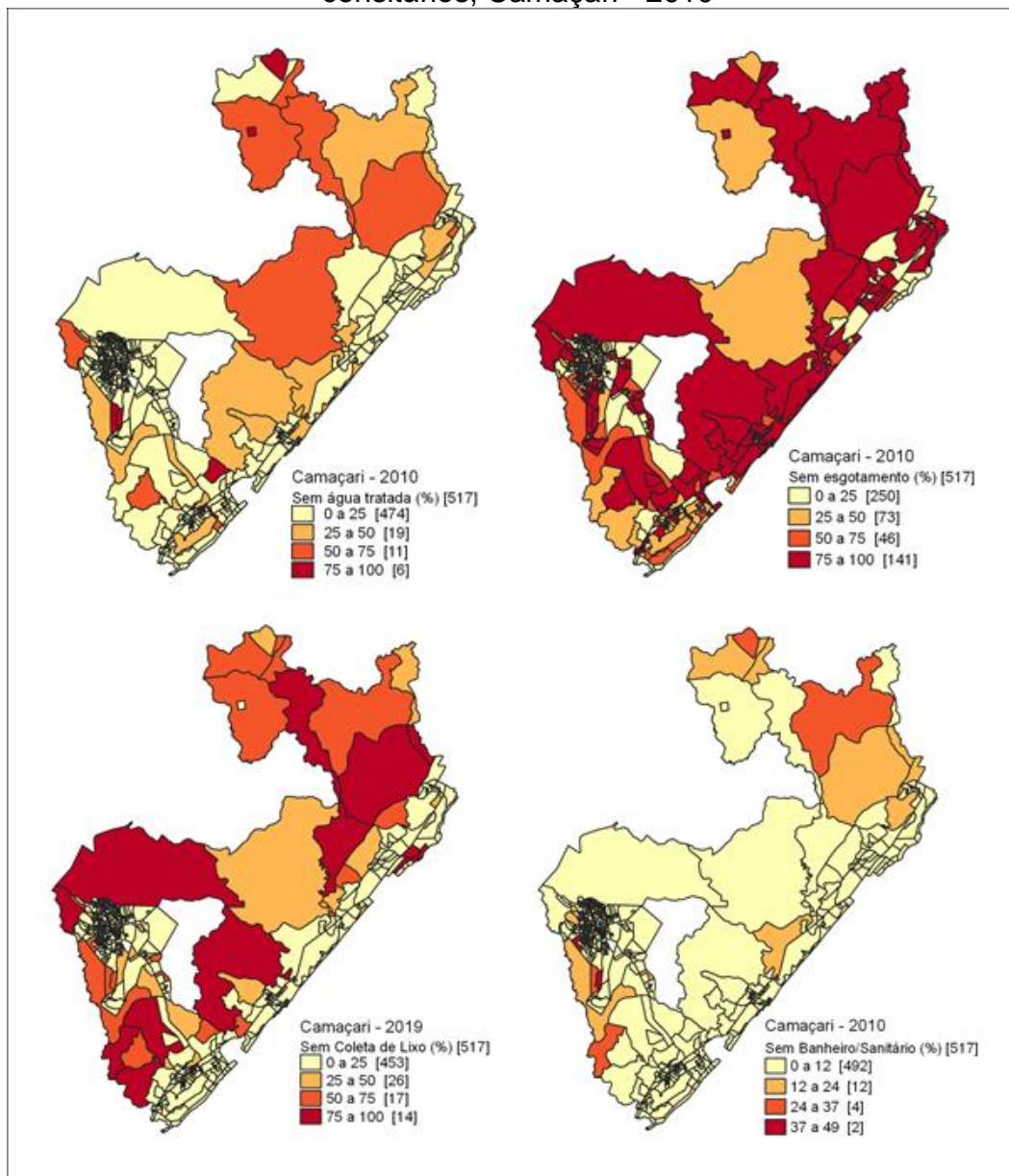
Enquanto isso, para os moradores de 39,3% dos domicílios de Camaçari havia privação de rede de esgoto, percentual esse que traduzido para valores absolutos correspondia a 28.552 residências. Destaque-se também aqui que o percentual de domicílios integrantes de setores rurais com esta carência era bem mais acentuado (67,5%, perfazendo 2.151 habitações) do que o registrado nas áreas urbanas (37,3%, cifra essa que equivalia a 26.401 imóveis residenciais). Frise-se aqui que muito provavelmente esse quadro de privação tenha se arrefecido com o passar dos anos, dado que, em 2011, foi iniciada a obra de revitalização urbana da Bacia do Rio Camaçari, a qual promoveu intervenções que visavam a despoluição e recuperação do Rio Camaçari e os seus afluentes. Some-se a essa ocorrência, o fato de que investimentos públicos também foram dirigidos, a partir do ano de 2012, para a implantação do sistema de esgotamento sanitário no distrito Sede e no distrito de Monte Gordo. Em função desses acontecimentos, é de se esperar que o próximo Censo Demográfico, previsto para 2022, capte uma redução do número de domicílios com carência de esgotamento sanitário no citado município.

No que tange à privação de coleta de lixo, verificou-se que ela era experienciada em cerca de 8,6% dos domicílios camaçarienses, o que perfazia em termos absolutos 5.693 das suas moradias. De igual modo, também neste quesito as diferenças entre os domicílios localizados nas áreas rural e urbana saltavam os olhos. Com efeito, na área rural essa privação era sentida pela população de aproximadamente metade dos domicílios (50,5%), ou em termos absolutos em 1.607 das suas residências. Registre-se que esse último percentual era bem mais elevado do que o que fora contabilizado (5,8%) para as áreas urbanas, as quais abrigavam nada menos do que 4.086 imóveis residenciais com o citado tipo de privação.

Já em relação à privação de banheiro ou sanitário, apurou-se que ela fazia parte do cotidiano das pessoas que viviam em cerca de 1,8% dos domicílios de Camaçari, percentual esse que correspondia a um total 1.183 residências, sendo 301 estabelecidas nas áreas rurais e 882 em setores urbanos.

Conforme se viu, a privação de esgotamento sanitário adequado era aquela que apresentava o segundo percentual mais elevado entre todos os indicadores que compunham o IPMI. Ainda entre as privações de saneamento, a segunda maior contribuição se dava pelo valor de carência por coleta adequada de lixo, seguida, nesta ordem, de falta de água potável e de ausência de banheiro ou sanitário nos domicílios.

Figura 3 – Distribuição espacial das privações de tratamento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e banheiro/sanitário por setores censitários, Camaçari - 2010

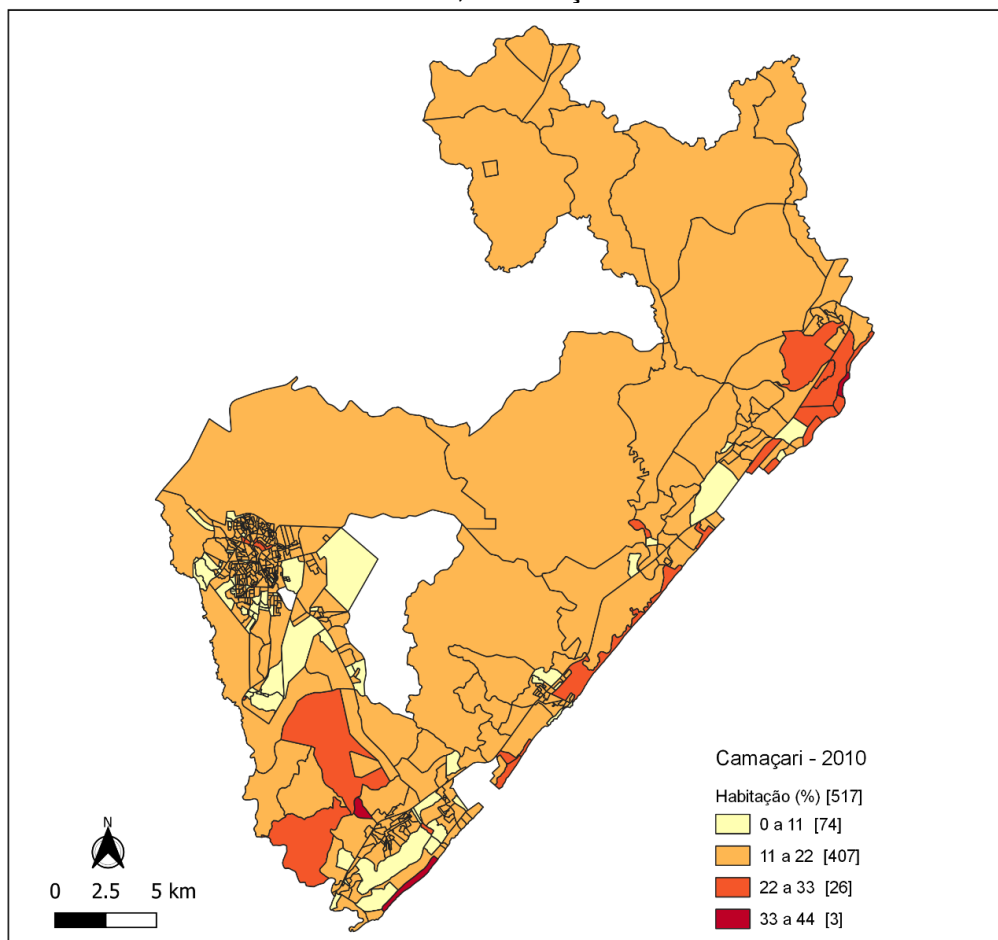


Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração própria.

Apontando, agora, a lente de análise para a dimensão Habitação da pobreza constata-se que, em 2010, os residentes de 15,3% dos domicílios de Camaçari (número esse que, em termos absolutos, representava 11.277 residências) se deparavam com carências nesse particular. Para não fugir à regra esboçada até aqui, também foi apurada diferença quando a aludida carência foi avaliada segundo o crivo da localização dos domicílios em áreas rurais e urbanas. Com efeito, nos setores censitários rurais as privações relativas a essa dimensão eram sofridas pelos moradores de 16,3% dos imóveis residenciais, que somavam 519 unidades. Enquanto isso, nos setores urbanos, os habitantes de 10.758 dos domicílios, ou 15,2% dos domicílios abrigados

nessas últimas áreas, padeciam de carências no plano da dimensão em questão (Figura 4).

Figura 4 – Distribuição espacial da dimensão habitação por setores censitários, Camaçari - 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração própria.

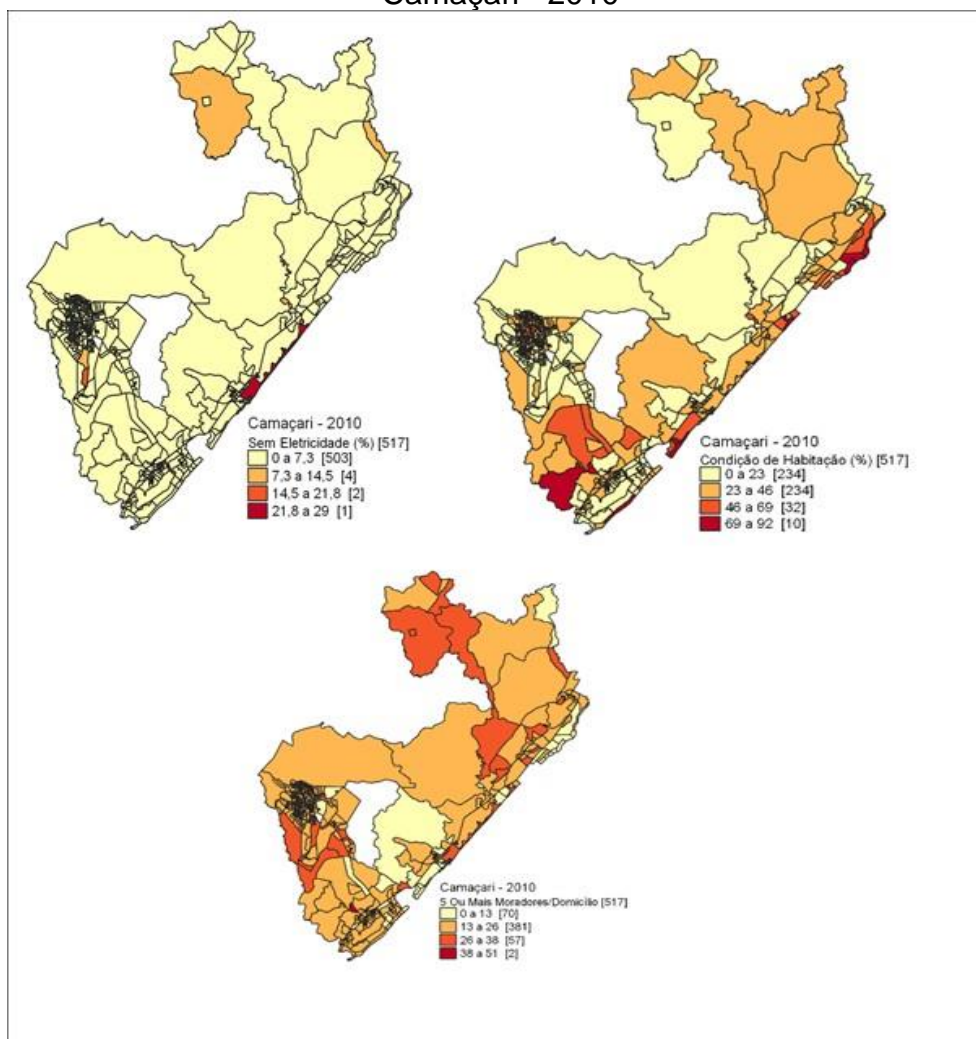
Com vistas a avançar na discussão da dimensão Habitação, procura-se abaixo detalhá-la, uma vez que ela é composta por três indicadores que se apresentavam de forma diferente no território camaçariense, tal qual está expresso na Figura 5. Explorando-se os achados do primeiro indicador investigado, que é a falta de eletricidade, viu-se que essa era uma realidade comum aos habitantes de 0,6% dos domicílios, totalizando 409 habitações do município. Percebeu-se, ainda, nos setores rurais, o percentual de 1,9% de domicílios que não contavam com acesso a esse tipo de serviço, o que equivalia a 60 unidades, enquanto nas moradias urbanas esse percentual era de 0,5%, correspondendo a 349 imóveis.

Detalhando-se os números encontrados para o segundo indicador que compunha a dimensão Habitação (percentual de domicílios alugado/cedido/ com outra forma de ocupação), vislumbra-se um contexto em que os moradores de 26,5% dos domicílios de Camaçari viviam em imóveis que não eram próprios, mas sim alugados, cedidos ou eram habitados em outra condição, valor esse que correspondia a 19.678 residências. Importante assinalar, neste ponto, que o

percentual de domicílios pertencentes aos setores rurais com esta carência era menos acentuado (23,3%), do que a que fora contabilizada nos domicílios que fazem parte das áreas urbanas (26,7%). Isso significava dizer que nos primeiros setores havia 742 habitações cujos moradores não eram proprietários, ao passo que nos segundos setores 18.935 moradias abrigavam residentes que igualmente se encontravam nessa mesma condição.

Caminhando, nesse estágio, na direção de tecer comentário em relação ao comportamento da terceira privação mensurada no plano da dimensão Habitação (percentual de domicílios com cinco ou mais moradores) verifica-se que tal situação era comum aos indivíduos que habitavam em 18,7% das moradias do município de Camaçari, o que equivalia, em 2010, a cerca de 13.745 residências. Ao se comparar a realidade que prevalecia nas áreas rurais e urbanas nesse particular, percebeu-se que nas primeiras a privação em voga era sofrida pela população de 23,7% dos domicílios, equivalendo a 754 residências. Já nas segundas áreas essa vicissitude se manifestava em 18,4% dos domicílios, os quais somados perfaziam um total de 12.991 imóveis residenciais.

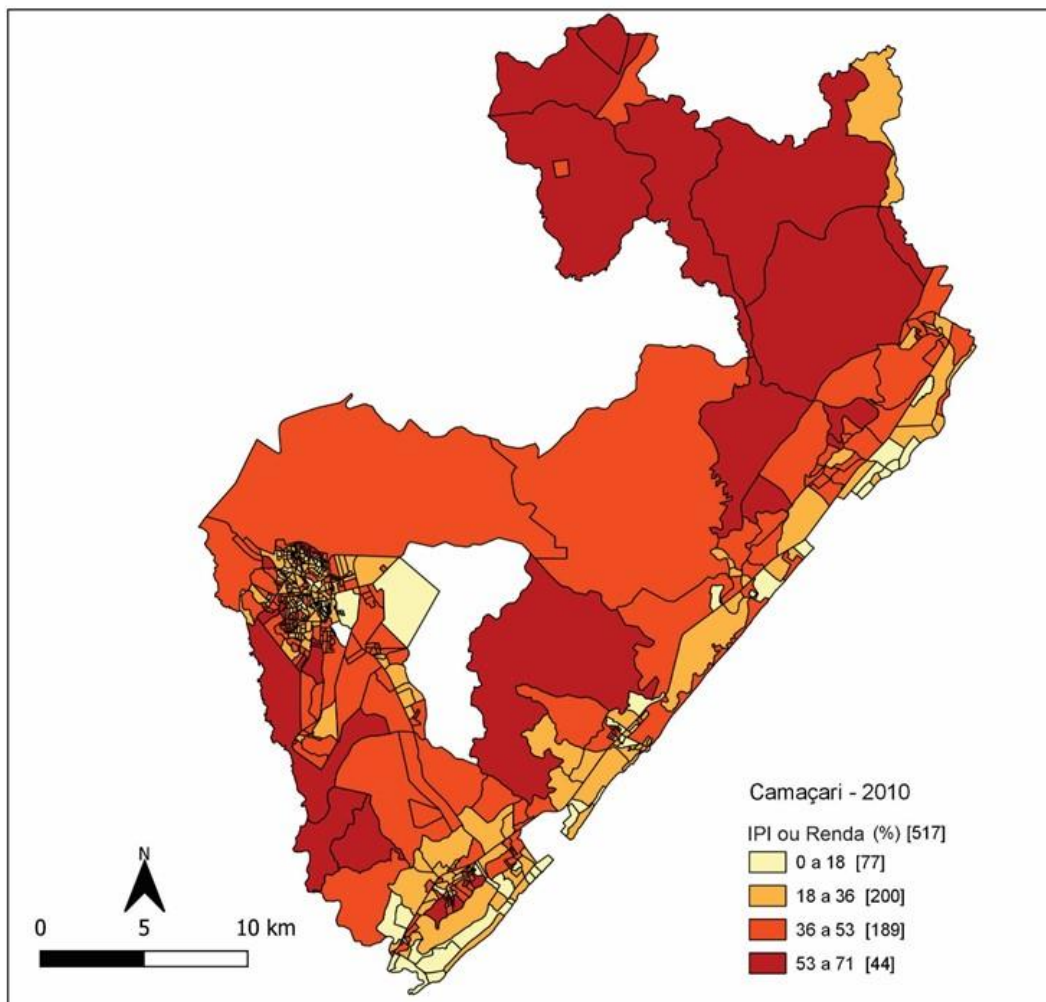
Figura 5 – Distribuição espacial das privações de eletricidade, condições de habitação e domicílios com 5 ou mais moradores por setores censitários, Camaçari - 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração própria.

Se a pobreza fosse medida apenas pela dimensão Renda, a proporção de domicílios com renda per capita de até 1/2 salário-mínimo seria 33,4% e seus moradores seriam monetariamente pobres no ano de 2010 em Camaçari (Figura 6). Tal percentual correspondia à condição dos moradores de 24.409 unidades residenciais do município. Vale notar, assim como destacado na maior parte das situações anteriormente mencionadas, que em setores censitários rurais a privação de renda se mostrava mais acentuada que a média geral, visto que os residentes de 49,6%, das moradias estabelecidas na áreas rurais eram hipossuficientes em relação à renda que auferiam, percentual esse que correspondia a 1.580 domicílios. Enquanto isso, nas especialidades urbanas o percentual de habitações com renda per capita domiciliar menor que 1/2 salário-mínimo era da ordem de 32,2%. Visto por outro ângulo, esse derradeiro percentual correspondia a uma realidade na qual os moradores de 22.829 unidades residenciais das áreas urbanas apresentavam escassez de renda⁴.

Figura 6 – Distribuição espacial da dimensão renda ou IPI por setores censitários, Camaçari - 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração própria.

⁴ É digno de nota que em Camaçari, no ano de 2010, havia oito setores censitários em que não se observava privação monetária, sendo todos eles localizados em áreas urbanas e situados em loteamentos ou condomínios fechados próximos as praias do município.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da pobreza é marcado pela evolução de seus conceitos e métodos de pesquisa. Se antes era pautado em uma abordagem simples e unidimensional, agora alcança a complexa ótica multidimensional. E a principal razão para isso é que a compreensão desse fenômeno para além da privação de renda, pode contribuir para seu melhor entendimento, enfrentamento e superação.

Este trabalho investigou como a pobreza multidimensional distribuía-se, em 2010, no espaço intramunicipal de Camaçari. Ele mostra-se necessário pela comprovação de que as profundas alterações do município nas últimas décadas, resultantes do crescimento econômico municipal, não se traduziu na eliminação de diversas privações sofridas por sua população, como se viu pela avaliação de indicadores socioeconômicos.

A investigação confirmou que a pobreza multidimensional não se manifestava homoganeamente distribuída no território do município, visto que foi observado um padrão de associação espacial caracterizado pela concentração do fenômeno em determinadas regiões o que configura a existência de clusters de pobreza em seu território. Além disso, evidenciou que independentemente do enfoque considerado, os maiores índices de pobreza, foram observados em setores censitários rurais, nos setores urbanos afastados das áreas centrais do município e em setores situados em áreas próximas aos centros, porém com origem em ocupações subnormais, por exemplo.

A análise levou à conclusão de que ao se comparar o IPMI ou IPMI-1, índice de pobreza multidimensional, com o IPI, medida unidimensional de pobreza pela renda, mesmo naqueles setores censitários em que não foi notada pobreza monetária, observava-se a existência de pobreza multidimensional, evidenciando-se que a renda como único critério de aferição da pobreza não é capaz de atuar como *proxy* para a identificação de outras carências relacionadas a este fenômeno.

Desse modo, as contradições ou desigualdades espaciais no município mais industrializado do Nordeste revelam a necessidade de implementação de políticas públicas de forma diferenciada no espaço intramunicipal, visto que a incidência das privações das dimensões da pobreza não ocorre de maneira uniforme.

Diante do exposto, espera-se que este estudo contribua de alguma sorte como subsídio junto aos atores públicos para o desenvolvimento e acompanhamento de políticas com foco na mitigação e mesmo na superação da pobreza multidimensional em Camaçari, ou ainda em outros municípios.

Em estudos futuros, pode-se avançar para as necessárias metodologias que privilegiam investigações da pobreza multidimensional, considerando-se por exemplo as desigualdades existentes entre grupos sociais, enfocando-se, por exemplo, em recortes de gênero, raciais e geracionais que podem contribuir ainda mais para o entendimento e eliminação da pobreza. Cabe ressaltar também a necessidade de novos trabalhos sobre a pobreza multidimensional de

Camaçari em consequência de impactos de episódios posteriores ao Censo realizado em 2010, destacando-se entre estes, a pandemia do coronavírus, o encerramento das atividades da montadora Ford no Brasil com o fechamento da unidade no município, e o retrocesso observado em termos das políticas públicas que tinham como propósito mitigar o fenômeno da pobreza no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. *Econometria espacial aplicada*. Campinas: Alínea, 2012.

ANAND, S.; SEN, A. Concepts of Human Development and Poverty: a multidimensional perspective. *Human Development Papers*. New York: UNDP, 1997.

ÁVILA, J. F. *Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais*. Dissertação de Mestrado em Economia do Desenvolvimento. Porto Alegre: FACE, PUCRS, 2013.

BAGOLIN, I. e ÁVILA, R.P. Poverty distribution among the brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and need approaches. *In Encontro Nacional de Economia*, v. 34, 2006.

BARRETO, R. C.; SANTOS, E. I.; CARVALHO, C. Pobreza multidimensional: uma análise espacial em Ilhéus-Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)*, ano XX, v. 1, n.39, 2018.

BARROS, R. P de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 42, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 02 ago 2020.

BRITES M.; MARIN, S. R.; ROHENKOHL, J. E. (2016). Pobreza Relativa Multidimensional no Rio Grande do Sul: aplicação dos conjuntos fuzzy. *Cadernos de Ciências Sociais*, UESB, ano 13, nº 21, jan/jun 2016. p. p. 169-186.

BRUNET, L. C. *De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo Bahia 1758-1760*. Dissertação - Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

CEPAL. La medición multidimensional de la pobreza. Pucón (Chile): *XII reunión del Comité Ejecutivo de la Conferencia Estadística de las Américas*, 2013.

CODES, Ana L. *Modelagens de equações Estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza*. Tese de doutorado - PPGSC da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

COSTA, B. L.; COSTA, M. M. Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais. *Cadernos da Escola do*

Legislativo, n.16, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/55719/Downloads/143-262-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55719/Downloads/143-262-1-SM%20(1).pdf). Acesso em: 10 jul 2019.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2019.

FONSECA, M. D. *O Processo de Urbanização e as Políticas Urbanas de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Universidade Salvador (UNIFACS). Salvador, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Malha de Setores Censitários*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 jun 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Conheça cidades e estados do Brasil*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>. Acesso em: 2 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 3 março 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Base de Dados: Social*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 3 março 2021.

JANNUZZI, P. de M.; MARTIGNONI, E. M. ; SOUTO, B. F. O Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, v. 4, p. 40-61, 2012.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. *RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 17, p.p. 935-952, 2015.

MARIN, S. et al. Pobreza multidimensional em Silveira Martins- RS: identificação de dimensões de vida valoradas com a aplicação do método Alkire-Foster (AF). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 19, n. 62, 2013.

MESTRUM, F. *Mondialisation et Pauvreté: De l'Utilité de la Pauvreté Dans le Nouvel Ordre Mondial*. Paris: L'Harmattan, 2002.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*. v.9 n.24 São Paulo maio/ago, 1995.

SEN, A. Hunger and Entitlements: Research for Action. *Finland: World Institute for Development Economics Research*, United Nations University, 1988.

SEN, A. *Inequality Reexamined*, Nova Iorque: Russel Sage, 1992.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. M. R. da. *Um estudo sobre pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2009.

TAVARES, L. H. *História da Bahia*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.